



167  
C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0185408-2/01

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual).

AGRAVADO: Industria e Comércio de Alimentos Paraty Ltda.

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

SU70

**EMENTA:** RECURSO DE AGRAVO. ICMS. ISENÇÃO NAS OPERAÇÕES COM ALPISTE IMPORTADO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. 1. Restaram suficientemente evidenciados pela decisão agravada (i) a inclusão do alpiste "*no conceito de suplemento fixado pelo regulamento, eis que se cuida de ingrediente capaz de suprir a ração, nos termos prescritos pelo art. 9º, §3º, III do RICMS*" - (Convênios ICMS 100/97 e 20/2002 e Dec. 24.280/2002), e bem assim (ii) o entendimento deste Tribunal acerca da isenção da cobrança de ICMS em relação à mercadoria importada (alpiste) de país signatário do GATT, e, via de consequência, o descabimento da cobrança do aludido tributo no momento do desembaraço aduaneiro. 2. Inteligência das Súmulas 575, do STF; 20, do STJ, e 105 do TJPE 3. Destarte, tendo em vista a literalidade da interpretação conferida à legislação supracitada, tem-se por descabida a alegada violação ao disposto pelo art. 111, II, do CTN. 4. Recurso de Agravo improvido, por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0185408-2/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 17 de dezembro de 2009 (data do julgamento)

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



168 19  
C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0185408-2/01

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual).

AGRAVADO: Industria e Comércio de Alimentos Paraty Ltda.

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

O agravante interpôs o presente recurso de agravo em face de decisão terminativa monocrática por mim proferida nos autos da Apelação Cível nº 0185408-2, pela qual dei provimento ao referido recurso, em ordem a conceder a segurança, pela qual o ora agravado pretendia afastar a exigibilidade do ICMS por sobre operação de importação de alpiste de país signatário do GATT.

Sustenta o agravante, em síntese, que, para fins de usufruir o benefício fiscal da isenção imprescindível é a prova de similaridade do produto nacional com o importado, aduzindo ainda: (i) a impossibilidade de se estender a isenção de que trata art. 9º, V, "c", do Decreto nº 14.876/91 ao alpiste; (ii) que toda interpretação relativa à outorga de isenção deveria ser feita de forma literal, nos termos do art. 111, II, do CTN, e (iii) a impossibilidade de estender o benefício para as operações de importação.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

Ê o relatório.

Recife, 11 de dezembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0185408-2/01

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual).

AGRAVADO: Industria e Comércio de Alimentos Paraty Ltda.

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

*"Trata-se de **apelação cível** interposta em face da **sentença** (fls. 62/65) proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Privativa dos Feitos da Fazenda Estadual da comarca do Recife, que, nos autos do **Mandado de Segurança nº 001.2008.038692-0**, **denegou a segurança** pleiteada, pela qual a ora apelante pretendia afastar a exigibilidade do ICMS por sobre operação de importação de **alpiste** de país signatário do GATT.*

*A decisão denegatória da segurança calcou-se, em síntese, no entendimento de que "a sociedade impetrante não demonstrou a similaridade entre o alpiste importado e produto nacional, não havendo como se reconhecer direito líquido e certo à isenção, como pretendido".*

*A apelante argumenta que: (i) há decisões convergentes no sentido de reconhecer seu direito; (ii) a destinação da mercadoria importada atende aos requisitos legais estabelecidos pela legislação interna concessiva do benefício da isenção, vez que o alpiste é ingrediente capaz de suprir a ração animal sendo considerado, portanto, suplemento.*

*Assevera, mais, que a retenção da mercadoria em tela caracteriza-se como meio coercitivo para pagamento de tributos.*

*Pugna, por fim, pela reforma da sentença, no sentido de ser reconhecido o direito Líquido e Certo da impetrante de não pagar o ICMS incidente sobre o ALPISTE importado de país signatário do GATT, devidamente qualificado na FACTURA OPERACION DE EXPORTACION nº 0001-00002111, de 30.08.2008, emitida por CURCIA AS, da Argentina, cujos similares nacionais são isentos do ICMS.*

*Em suas contra-razões, a Fazenda Estadual alega a: (i) imprescindibilidade da prova da similaridade do produto nacional com o importado; (ii) ausência de prova pré-constituída legalmente exigida*



130 21 C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

*para conferir liquidez e certeza do direito postulado; (iii) impossibilidade de se estender a isenção de que trata o art. 9º, V, "c", do Decreto nº 14.876/91 ao alpiste importado; e (iv) que as isenções invocadas como paradigma se referem às operações de circulação interna do produto e não às de circulação interestadual ou de importação.*

*É o essencial a relatar.*

*Observo que o GATT - GENERAL AGREEMENT ON TARIFFS AND TRADES - assegura aos produtos importados dos países signatários tratamento fiscal isonômico ao instituído para os similares nacionais (Súmulas 575/STF e 20/STJ).*

*No caso vertente, a mercadoria é oriunda de país signatário do GATT (Argentina).*

*Por conseguinte, a controvérsia cinge-se à verificação da existência, ou não, de similar nacional que seja isento da tributação do ICMS - de modo a identificar o paradigma interno a ser objeto de cotejo -, para em seguida aplicar ao produto importado o mesmo regime tributário a que estiver sujeito o nacional.*

*Para o exame da questão, quadra verificar o conteúdo do Regulamento do ICMS (Decreto Estadual nº 14.876/91), que dispõe, em seu art. 9º, V, "c":*

*"Art. 9º. A partir de 01 de março de 1989 ou das datas expressamente indicadas neste artigo, são isentas do imposto:*

*(...)*

*V - até 30 de abril de 1989, as saídas dos seguintes produtos:*

*(...)*

*c) destinados exclusivamente ao uso na pecuária e avicultura: rações para animais, concentrados e suplementos fabricados por indústria de ração animal, de concentrado ou de suplemento, desde que:*

- 1. esteja registrada no órgão competente do Ministério da Agricultura e o número do registro seja indicado no documento fiscal;*
- 2. haja o respectivo rótulo ou etiqueta identificando o produto;"*

*A definição de ração, concentrados e suplementos é dada pelo parágrafo terceiro do art. 9º, do Decreto Estadual nº 14.876/91, que assim dispõe:*

*"§ 3º Para efeito da aplicação do benefício constante do inciso V, "c" do "caput", entende-se por:*



172 22

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

*I - RAÇÃO ANIMAL - qualquer mistura de ingredientes capaz de suprir as necessidades nutritivas para manutenção, desenvolvimento e produtividade dos animais a que se destina;*

*II - CONCENTRADO - a mistura de ingredientes que, adicionada a um ou mais alimentos em proporções adequadas e devidamente especificadas pelo seu fabricante, constitua uma ração animal;*

*III - SUPLEMENTO, a mistura de ingredientes e, a partir de 09.04.2002, o ingrediente capaz de suprir a ração ou concentrado em vitaminas, aminoácidos ou minerais, permitida a inclusão de aditivos (Convênios ICMS 100/97 e 20/2002); (Dec. 24.280/2002)*

*IV - INGREDIENTES - qualquer matéria-prima simples e livre de mistura utilizada na alimentação animal.*

*§ 4º O benefício de que trata o inciso V, "c" do "caput" não se estende ao alimento, inclusive farinhas e farelos, ingredientes, sal mineralizado, aditivo e componente grosseiro, ressalvadas as isenções de que tratam os incisos VI e VII do "caput".*

*Da análise dos dispositivos acima mencionados, tem-se que o alpiste se inclui no conceito de suplemento fixado pelo regulamento, eis que se cuida de ingrediente capaz de suprir a ração, nos termos prescritos pelo art. 9º, § 3º, III, do RICMS.*

*Nesse sentido, registro o entendimento deste Tribunal acerca da matéria:*

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. ISENÇÃO NAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO DE ALPISTE ORIUNDO DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT. AGRAVO IMPROVIDO.**

**1. A jurisprudência dominante dos tribunais superiores aponta para a garantia de reciprocidade, estampada no GATT, para os produtos similares dos países signatários. 2. O alpiste se inclui no conceito de suplemento fixado pelo regulamento, eis que se cuida de ingrediente capaz de suprir a ração, nos termos prescritos pelo art. 9º, § 3º, III, do RICMS. Precedentes. 3. Agravo de instrumento improvido, ficando sem efeito o provimento liminar anteriormente concedido neste recurso instrumental. 4. Decisão unânime."**

**(Agravo de Instrumento nº 0137159-7. Comarca: Recife. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Francisco Bandeira de Mello. Julgado em 27/08/2009). Grifei.**

**"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPORTAÇÃO DE ALPISTE DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT/OMC. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Ambas as Câmaras de Direito Público deste sodalício vêm unissonamente decidindo com bastante clareza**



122 23

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

*que o alpiste é sim ração animal em gênero, no caso para pássaros e, assim sendo, como a ração animal em gênero é isenta de tributação no mercado interno, igual tratamento deve ser dispensado nas operações de importação deste produto de países signatários do GATT e de outros tratados que estabelecem o mesmo tratamento paritário, como na espécie. 2. A então legislação de regência, no caso os arts. 19 do Dec.-Lei nº 37/66; 188 e 193 do Decreto nº 91.030/80 e 6º do Decreto nº 61.564/67, foram revogados pela Lei nº 8.085/90, que em seu art. 2º, transferiu as atribuições do Conselho de Política Aduaneira para a Secretaria Nacional de Economia, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, quando a vistoria ficou a cargo do Ministério da Agricultura, órgão que desde então passou a ter competência para certificar a autenticidade do produto importado em referência, e cujos procedimentos obedecem ao contido no Dec.-Lei nº 986/69 e nas Leis nº 8.028/90, 8.344/91 e 8.490/92. 3. Embora em língua estrangeira, o documento que representa a operação questionada, nele há clara indicação que foi a embargante a importadora, que o produto importado é alpiste e que sua origem é do Canadá, país signatário do tratado GATT/OMC, o que é público e notório. 4. A segurança deferida não tem o caráter genérico que se aponta caracterizado, pois caberá à autoridade fiscal do Estado, no momento do desembaraço, exigir a prova de similaridade exigida por lei, sob pena de autuação para fins de incidência de ICMS, inclusive no caso concreto. 5. Não vulneração dos dispositivos de lei explicitamente prequestionados, no caso os arts. 19 do Decreto-Lei nº 37/66; 188 e 193 do Decreto nº 91.030/85; 6º do Decreto nº 61.564/67 ou 157 do CPC. 6. Aclaratórios providos parcialmente, apenas para prestar os esclarecimentos requeridos. 7. Decisão unânime."*

*(Embargos de Declaração nº 0135718-8/01. Comarca: Recife. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Julgado em 06/03/2008). Grifei.*

**"EMENTA: TRIBUTÁRIO. MERCADORIA IMPORTADA. ALPISTE. TRATADO INTERNACIONAL DE COMÉRCIO - GATT. ISENÇÃO DA INCIDÊNCIA DO ICMS. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DE LIMINAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESENTES OS REQUISITOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.** 1. Sendo o Brasil um dos países signatários do GATT, e se o produto nacional é isento da incidência do ICMS, tratamento igualitário deve ser dado ao seu similar importado de outro país também signatário do referido convênio internacional; 2. A medida liminar concedida em Mandado de Segurança, por togado monocrático, deve ser mantida em grau de recurso (agravo) se comprovadamente presentes os requisitos previstos no art. 7º, II, da Lei nº 1533/51; Agravo de instrumento improvido. Decisão unânime."



173 24

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

(Agravado de Instrumento nº 0119536-6. Comarca: Recife. Órgão julgador: 7ª Câmara Cível. Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo. Julgado em 21/2/2006). **Grifei.**

**"Mercadoria importada - Alpiste - GATT - ICMS - Isenção.** Esta 5ª Câmara Cível já de há muito vem seguindo a orientação que se norteia no sentido de que, sendo o Brasil um dos países signatários do GATT, e se o produto nacional é isento da incidência do ICMS, tratamento igualitário deve ser dado ao seu similar importado de outro país também signatário do referido convênio internacional. Confirmação da medida liminar, eis que, além militar o fumus boni iuris em favor da parte agravada, do indeferimento resultaria para ela lesão grave e de difícil reparação. Agravado Improvido. Decisão unânime."

(Agravado de Instrumento nº 0111689-0. Comarca: Recife. Órgão julgador: 7ª Câmara Cível. Rel. Des. José Fernandes. Julgado em 25/5/2005). **Grifei.**

**"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM FACE DE CONCESSÃO DE LIMINAR EM MEDIDA CAUTELAR - PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, AO ARGUMENTO DE SATISFATIVIDADE DA MEDIDA NÃO ACOLHIDA, VISTO QUE OBJETIVA PRESERVAR DIREITO DO SUPPLICANTE DE LESÃO IRREPARÁVEL. - MÉRITO: I - ICMS - ISENÇÃO - MERCADORIA IMPORTADA DE PAÍS SIGNATÁRIO DO GATT (ALPISTE) - POSSIBILIDADE, MESMO APÓS O ADVENTO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - BENEFÍCIO CONCEDIDO A PRODUTO NACIONAL SIMILAR. II - INOCORRÊNCIA DE COBRANÇA DO REFERIDO TRIBUTO NO DESEMPAÇO ADUANEIRO, EM FACE DA ISENÇÃO - RECURSO IMPROVIDO, POR UNANIMIDADE.**

(...)

**2. A apreensão de mercadoria como meio coercitivo para pagamento de tributos e possibilidade de prejuízo irreparável, por se tratar de produto perecível, enseja a aplicação da exceção acima referida.**

**3. Mesmo após o advento da Constituição da República, a isenção de ICMS de produtos importados signatários do GATT - alpiste -, quando contemplado com esse benefício a mercadoria nacional similar, continua em vigor, visto que o referido tratado não concedeu nenhuma espécie de isenção, determinando apenas que o tratamento tributário entre produto nacional e seu respectivo similar estrangeiro deve ser igual em relação às operações internas.**

**4. Tendo em vista a isenção do ICMS, a cobrança do aludido tributo no desembaraço aduaneiro é incabível."**

(Agravado Regimental nº 0084888-4/01. Comarca: Recife. Órgão julgador: 1º Grupo de Câmaras Cíveis. Rel. Des. Eduardo Augusto Paurá Peres. Julgado em 07/05/2003). **Grifei.**

25



124  
25  
C

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

O entendimento acima esposado, de tão pacífico, restou recentemente sumulado no âmbito deste e. Tribunal de Justiça, que editou a **Súmula nº 105**, dispondo que "Não incide ICMS nas operações de importação de alpiste 'in natura' de países signatários do Tratado do GATT/OMC/MERCOSUL" (publicação em 07/10/2009), **não merecendo prosperar a alegação de necessidade de demonstração da similaridade do alpiste com a ração para avicultura.**

Considerando, pois, que a ordem contida na sentença de primeiro grau encontra-se em manifesto confronto com a jurisprudência pacífica deste próprio Tribunal, **dou provimento à apelação**, em ordem a conceder a segurança, o que faço com base no art. 557, § 1º-A, do CPC".

Pois bem.

A irresignação não trouxe nenhum fundamento novo que pudesse afastar a conclusão da monocrática em tela.

Como visto, restaram suficientemente evidenciados pela decisão agravada a inclusão do alpiste "no conceito de suplemento fixado pelo regulamento, eis que se cuida de ingrediente capaz de suprir a ração, nos termos prescritos pelo art. 9º, §3º, III do RICMS" (Convênios ICMS 100/97 e 20/2002 e Dec. 24.280/2002) e bem assim o entendimento deste Tribunal acerca da isenção da cobrança de ICMS em relação à mercadoria importada (alpiste) de país signatário do GATT e, via de consequência, o descabimento da cobrança do aludido tributo no momento do desembaraço aduaneiro.

É este o exato sentido das Súmulas 575, do STF; 20, do STJ, e 105 deste e. TJPE.

Destarte, tendo em vista a literalidade da interpretação conferida à legislação supra citada, tenho por descabida a alegada violação ao disposto pelo art. 111, II, do CTN.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Recurso de Agravo, mantendo a decisão guerreada, nos exatos termos em que lançada nos autos.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator